

Nome da Medida	Pilar do PNR	Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s)	Descrição da medida	1.º Indicador de Execução - Designação	6.1.2. Indicador 1 de Execução - Meta	6.1.3. Indicador 1 de Execução - Resultado acumulado	2.º Indicador de Execução - Designação	6.2.2. Indicador 2 de Execução - Meta	6.2.3. Indicador 2 de Execução - Resultado acumulado	3.º Indicador de execução - Designação	6.3.2. Indicador 3 de Execução - Meta	6.3.3. Indicador 3 de Execução - Resultado acumulado	4.º Indicador de execução - Designação	6.4.2. Indicador 4 de Execução - Meta	6.4.3. Indicador 4 de Execução - Resultado acumulado	
Promover a generalização do ensino secundário enquanto patamar mínimo de qualificação	Qualificação portuguesa	dos	Promover ganhos de produtividade pela maior qualificação da população	Diversificar a oferta formativa para os jovens, garantindo o aumento da frequência do ensino secundário, nomeadamente nas vias profissionalizantes	Taxa de escolarização no ensino secundário (vários anos) até aos 17 anos	0,92	0,88 (2016/17)	Taxa de conclusão do ensino secundário (vários anos) até aos 17 anos	0,8	0,74 (2016/17)	0,53	0,42 (2016/17)	Oferta de cursos - dimensão da rede do ensino profissional (homologação)	5750	6408	
Modernizar o sistema de ensino	Qualificação portuguesa	dos	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população	Modernização pedagógica assente em recursos educativos digitais; Inovação nas aprendizagens; Plataformas de gestão da informação, monitorização e avaliação; Promoção do desenvolvimento de competências de pensamento computacional e programação informática, e reforço de competências digitais	N.º de alunos do ensino básico e secundário a frequentar disciplinas/módulos de TIC na escola	602613	554379 (em 2017/2018)	N.º de escolas abrangidas por projetos de inovação e qualidade de gestão	1765 (em 2018/2019)	N.º de professores a frequentar formações na área das TIC e da inovação pedagógica	4439 (em 2017/2018)	291000 (em 2018/2019)	N.º de alunos a participar no projeto de Programação e Robótica no Ensino Básico	291000 (em 2018/2019)		
Promover o sucesso escolar e reforço de apoios a estudantes carenciados	Qualificação portuguesa	dos	Promover ganhos de produtividade pela maior qualificação da população	Promover a redução do insucesso escolar por via do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar; da generalização da educação pré-escolar a partir dos 3 anos; da progressiva generalidade dos manuais escolares formalmente adotados para o ensino básico e secundário; da limitação do número de alunos por turma (em particular nas escolas com dificuldades); da generalização da "Escola a Tempo Inteiro"; da promoção de programas de literacia familiar; e do reforço de mecanismos de ação social.	% agrupamentos de escolas com planos de ação estratégica de promoção do sucesso escolar	100	99	Taxa de retenção e abandono no ensino básico	4%	5,5% (em 2016/17)	600	500 000	N.º de crianças abrangidas pela oferta dos manuais escolares	500 000 (em 2018/19)		
Estimular o sucesso escolar no ensino superior	Qualificação portuguesa	dos	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população	Promoção de ações de acompanhamento e modernização pedagógica orientada para a redução do abandono escolar no ensino superior juntamente com a contratação de jovens docentes doutorados pelas instituições de ensino superior	N.º de docentes doutorados contratados por ano (100/ano)	500	252									
Alargar a base social do ensino superior	Qualificação portuguesa	dos	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população	Reforço da atribuição de apoios sociais a estudantes carenciados do Ensino Superior	N.º de Bolsas atribuídas anualmente (média anual)	70.000	76.364									
Estimular o emprego científico	Qualificação portuguesa	dos	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população	Novos concursos de investigador/docente para jovens doutorados, proporcionando o rejuvenescimento das instituições científicas e do ensino superior	Novos investigadores/docentes em funções contratados	5.000	2506									
Reforçar a formação vocacional no ensino superior	Qualificação portuguesa	dos	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população	Apoiar a formação inicial curta de âmbito superior nos institutos politécnicos, atraindo o maior número de estudantes para os cursos TESP (até 5 EOP)	N.º de diplomados TESP	20.000	5842									
+Portugal INCoDe 2030 - Iniciativa Competências Digitais, para responder à carência de recursos humanos capacitados em Tecnologias de Informação	Qualificação portuguesa	dos	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população	Aumentar em 20.000 pessoas a oferta de recursos humanos com competências digitais	Aumento do número de pessoas capacitadas em competências digitais	20.000										
Programa Qualifica - Reforçar a formação e qualificação de adultos	Qualificação portuguesa	dos	Promover ganhos de produtividade pela redução do défice de qualificações da população adulta	O Programa Qualifica configura uma estratégia integrada de educação e formação de adultos que tem por principais objetivos: 1. Promover a participação de adultos em percursos de qualificação; 2. Expandir em 26% a rede de Centros Qualifica (300 Centros Qualifica até ao final de 2017); 3. Criar um sistema de créditos para o ensino e formação profissionais que possibilite a capitalização coerente de unidades de formação, maior mobilidade e flexibilidade nos percursos formativos e melhor legibilidade e reconhecimento do sistema de ensino e formação profissionais por parte dos diversos atores; 4. Criar o Passaporte Qualifica, instrumento central de valorização e facilitação dos percursos individuais de formação para registo das qualificações obtidas (numa lógica de currículo ou de caderneta), e identificação das competências em falta para completar um determinado percurso de formação.	N.º de adultos abrangidos	600.000	208.496	Expansão da rede de Centros Qualifica (até 2017)	300	300	50%	50% (2018)	Taxa de participação de adultos em atividades de aprendizagem ao longo da vida	15%	9,8% (dados de 2017)	
Efetuar o Estudo de avaliação das Políticas Ativas de Emprego	Qualificação portuguesa/Conselho e Igualdade	dos	Melhorar a eficiência dos serviços públicos de emprego (SPE), tendo em vista ganhos de eficiência e aposta em medidas com maior eficácia na criação efetiva de emprego, reduzindo a segmentação do mercado de trabalho	Avaliação dos impactos das políticas ativas de emprego, em particular no que respeita à empregabilidade dos participantes	NA											
Campanha Nacional de informação no âmbito da Garantia Jovem	Qualificação portuguesa	dos	Melhorar a eficiência dos serviços públicos de emprego (SPE), procurando alcançar os jovens destinatários da Garantia Jovem, com enfoque nos mais afastados do sistema (não inscritos nos SPE), bem como os jovens que ainda estão a frequentar o ensino secundário e que podem vir a inscrever-se no âmbito da Garantia Jovem	Campanhas de sensibilização com o objetivo de assegurar a identificação precoce de jovens NEET, nomeadamente através da plataforma online da Garantia Jovem, e de promover o seu regresso a percursos formativos ou a sua inscrição profissional, designadamente através de medidas de estágio.	N.º de visitantes e de inscrições na Plataforma online da Garantia Jovem	732.956	429.816	Novas inscrições na plataforma GJ	54.659	9.253	625.000	429.125				
Cheque-Formação	Qualificação portuguesa	dos	Promover a ativação dos desempregados, através da melhoria da sua empregabilidade	Promover a formação autónoma dos utentes do IEPF, ativos ou desempregados.	N.º abrangidos	75.000	32.365									
Desenvolver a criação de cooperativas por jovens desempregados/NEET através do Programa COOPIOVEM	Qualificação portuguesa	dos	Promover a ativação dos desempregados jovens e dos inativos.	O COOPIOVEM é um programa de apoio ao empreendedorismo cooperativo, aplicável ao território de Portugal Continental, destinado a apoiar os jovens na criação de cooperativas ou em projetos de investimento que envolvam a criação líquida de postos de trabalho em cooperativas existentes, como forma de desenvolvimento de uma cultura solidária e de cooperação, facilitando a criação do próprio emprego e a redução do tempo de procura de emprego.	N.º abrangidos	2700	356	N.º de cooperativas criadas por ano	75	5			Novas secções em cooperativas agrícolas	8		
Contrato-EMPJO	Qualificação portuguesa	dos	Promover a ativação e a integração sustentável no mercado de trabalho dos desempregados, em particular jovens e desempregados de longa duração, e reduzir os níveis de segmentação do mercado de trabalho	Medição de apoio à criação de postos de trabalho que consiste na atribuição, às entidades empregadoras, de um apoio financeiro na celebração de contratos de trabalho com desempregados inscritos. Medida seletiva e orientada para o incentivo da sustentabilidade do emprego, privilegiando os contratos sem termo e reforçando os critérios de criação líquida de emprego, introduzindo ao mesmo tempo uma diferenciação positiva para a criação de postos de trabalho em territórios e destinatários com maior necessidade de apoio.	N.º de postos de trabalho apoiados	15.000 (2017); 15.000 (2018); 11.700 (2019)	22.341									
Livro Verde sobre as Relações Laborais 2016	Qualificação portuguesa	dos		Publicação do Livro Verde das Relações Laborais (LVRL) com o objetivo de sistematizar uma análise aprofundada das principais dimensões dos indicadores do mercado de trabalho. A publicação do LVRL envolve diferentes serviços e entidades do Ministério do Trabalho, da Solidariedade e Segurança Social.	NA	NA										
Programa Contrato-Geração	Qualificação portuguesa/Conselho e Igualdade	dos	Promover a ativação dos desempregados jovens e desempregados de longa duração (DLD)	Apoio ao emprego para as empresas que contratam simultaneamente jovens desempregados ou à procura do primeiro emprego desempregados de longa duração, consistindo na concessão de um apoio financeiro por cada contrato de trabalho sem termo celebrado, num mínimo de dois contratos e na dispensa total ou parcial do pagamento de contribuições para o regime geral de segurança social, na parte relativa à entidade empregadora.	N.º abrangidos											
Reorientar as políticas ativas do mercado de trabalho	Qualificação portuguesa/Conselho e Igualdade	dos	Promover a ativação sustentável dos beneficiários de políticas ativas.	Ajustar a regulação das políticas ativas do mercado de trabalho, no sentido de promover inserções mais estáveis e permanentes no mercado de trabalho, adotando as seguintes orientações: majoração dos apoios aos contratos sem termo, de modo a estimular a criação efetiva de postos de trabalho (prémio-emprego); reforçar a diferenciação positiva em função dos tipos de público; reforçar os mecanismos de acompanhamento dos percursos no mercado de trabalho.	Porcentagem de contratos sem termo concluídos no âmbito das medidas de apoio à contratação	75%	87%	N.º DLD abrangidos em políticas ativas	600.000	376.575	70%	68%	Porcentagem de DLD abrangidos por políticas ativas (no total de DLD registados)			
Estágios Profissionais	Qualificação portuguesa	dos		Apoio à inserção de jovens no mercado de trabalho e à reconversão profissional de desempregados através do desenvolvimento de uma experiência prática em contexto de trabalho. Distingue-se das anteriores medidas de estágio por: 1. Maior direcionamento para resultados estratégicos, com a criação do prémio-emprego para incentivo da contratação sem termo no fim dos estágios; 2. Promoção da eficácia dos apoios concedidos, com introdução de critérios claros e objetivos de análise de candidaturas aos apoios, nomeadamente a eficácia dos apoios concedidos no passadinho; 3. Valorização das qualificações, nomeadamente com diferenciação do valor do apoio dos estágios para os níveis pós-superiores; 4. Reforço dos mecanismos de acompanhamento, com a disponibilização de um endereço de correio eletrónico e de contacto telefónico para comunicação direta dos estagiários com o IEPF; 5. Reforço dos instrumentos de proteção, com introdução da possibilidade dos estagiários serem ressarcidos das bolsas não recebidas por incumprimento da empresa.	N.º de estágios apoiados	20.380 (2017); 25.400 (2018); 22.500 (2019)	39.572									
Plano Nacional das Artes	Qualificação portuguesa	dos	Promover a fruição artística a partir de uma acessibilidade generalizada em territórios com défice de oferta cultural e integrada com os programas de formação.	Sensibilização do público escolar para as áreas artísticas (ensino obrigatório) cruzando com o ensino superior (centros de investigação) num processo coordenado com os programas de apoio às artes (na sua dupla missão artística pública desenvolvidas pelas áreas do teatro, dança e música) e em articulação com o sistema de combate à literacia visual.	N.º de beneficiários	nd	nd	N.º de entidades envolvidas	nd	nd	nd	nd	N.º de Concelhos abrangidos	nd	nd	
Desenvolver investigação e inovação na Economia Portuguesa	Inovação da Economia Portuguesa	dos	Focalizar os apoios à I&D+i em áreas com maior potencial de valorização económica, alinhados com a especialização inteligente	Definição de roadmaps de prioridades estratégicas em que se estruturam os Programas de I&D+i mobilizadores entre as universidades/politécnicos e empresas, baseado nas estratégias de especialização inteligente.	NA											
Programa Interface - Promover a transferência de conhecimento para empresas, através de Laboratórios Colaborativos/Centros Tecnológicos e de Engenharia, juntamente com Contratos de Inovação Empresarial, desenvolvendo as capacidades empresariais de I&D+i	Inovação da Economia Portuguesa	dos	Melhorar e aumentar o nível de transferência de conhecimento do mundo académico e científico para o tecido empresarial	Criar e reforçar a capacidade de inovação através de "laboratórios colaborativos" e em empresas, nomeadamente através do apoio ao emprego de recursos humanos qualificados.	N.º de empresas apoiadas em projetos de I&D+i	1.200	163	N.º de empresas apoiadas em projetos de I&D+i	1.000	624			N.º de laboratórios colaborativos reconhecidos	21		
Internacionalizar e capacitar as infraestruturas e equipamento científico e tecnológico	Inovação da Economia Portuguesa	dos	Reforçar a capacidade dos centros de investigação, garantindo a produção de conhecimento necessário à inovação, qualificação e internacionalização do tecido económico nacional	Reforço da capacidade dos centros de I&D, das infraestruturas de investigação e apoio a projetos que promovam o aumento da produção científica e tecnológica de qualidade reconhecida internacionalmente	Infraestruturas de investigação apoiadas (n.º)	40	39	Centros de I&D apoiados (n.º)	400	307			N.º de projetos de I&D apoiados	2.000	2694	
Programa Start-up Portugal	Inovação da Economia Portuguesa	dos	Disseminação de um ecossistema coerente que incentive o surgimento de start-ups e a aceleração do seu crescimento.	A criação de um ecossistema de empreendedores sustentado à escala nacional, a crescente atração de investidores nacionais e internacionais, a promoção e a aceleração do crescimento das startups nos mercados externos e o aumento dos apoios ao ecossistema português, fazem parte dos objetivos prosseguidos pela Startup Portugal, no âmbito da estratégia nacional para o empreendedorismo lançada em 2016. A Startup Portugal, lançada em 2016, contou com 15 medidas iniciais, visando áreas como o financiamento, a internacionalização e os apoios ao ecossistema. Trata-se de uma estratégia pensada a 4 anos, composta por medidas de apoio empreendedorismo implementadas por um conjunto alargado de entidades do ecossistema empreendedor nacional, nomeadamente o IAPMEI, a Portugal Ventures, a IPO, a PME Investimentos, a ACEP, o Turismo de Portugal, as Universidades, os Ministérios da Economia, dos Negócios Estrangeiros, da Presidência e Modernização Administrativa e das Finanças e, no âmbito da participação portuguesa no Web Summit, a Câmara Municipal de Lisboa e o Turismo de Lisboa.	N.º de novos projetos apoiados	1.000	706									
Promover uma política pública de design e moda na indústria	Inovação da Economia Portuguesa	dos	Definição e implementação de uma política pública de introdução do design e da arte na indústria, essencial para promover o potencial criador quer em empresas existentes, quer no apoio de novos empreendedores e de novas ofertas no mercado. Será igualmente criado um novo Centro Português de Design com o intuito de difundir e implementar as mais-valias que daí advêm para a modernização e atualização da indústria, da economia e do País. Este centro encontra-se em análise e avaliação.	Até 2020, será implementada uma nova Estratégia do Design e da Moda em Portugal, cujo objetivo é a definição e implementação de uma política pública de introdução do design e da arte na indústria, essencial para promover o potencial criador quer em empresas existentes, quer no apoio de novos empreendedores e de novas ofertas no mercado. Será igualmente criado um novo Centro Português de Design com o intuito de difundir e implementar as mais-valias que daí advêm para a modernização e atualização da indústria, da economia e do País. Este centro encontra-se em análise e avaliação.	N.º de empresas apoiadas	nd	16	N.º de investidores	nd				Montante Benefícios Fiscais atribuído	Na liquidação do IRS 2017, 13 agregados declararam investimentos elegíveis em 9 entidades distintas no montante de 495.748,25€, que se traduziu no BF de 55.139,32 € (destes quais ainda não foi deduzido à coleta o 2.166,99€, a reportar nos anos seguintes)	Na liquidação do Modelo 3 do IRS 2017, 13 agregados declararam investimentos elegíveis em 9 entidades distintas no montante de 495.748,25€, que se traduziu no BF de 55.139,32 € (destes quais ainda não foi deduzido à coleta o 2.166,99€, a reportar nos anos seguintes)	
Programa Semente	Inovação da Economia Portuguesa	dos	Implementação de um quadro de incentivos fiscais para a Promoção do Empreendedorismo e do incentivo ao investimento em PME em fase de start-up ou nos primeiros anos de atividade designado por Programa Semente.	Utilização de instrumentos alternativos de financiamento que incentivando os investidores a fazerem aplicações diretamente na capital das empresas, quer proporcionando às empresas uma forma de financiamento alternativo ao endividamento, permitindo um maior partilha do risco do negócio. Constitui uma das medidas do pilar financeiro da Estratégia Nacional para o Empreendedorismo Startup Portugal. Os principais objetivos são: 1. Incentivar o investimento no capital das empresas em fase de arranque e expansão, assumindo o período mínimo de tempo de 4 anos para o investidor deter o capital na empresa. As empresas elegíveis não podem ter no total mais do que €100 mil euros do capital social participado por outras entidades, incluindo, nos três anos anteriores ao financiamento; 2. Incentivar à atração de poupanças e a capitalização de startups por parte de investidores, através da introdução de regimes especiais aplicáveis, quer no momento do investimento, quer no momento do desinvestimento. Os benefícios são exclusivamente destinados a investidores individuais, em sede de IRS; o montante de investimento mínimo de €10 mil euros e máximo de €100 mil euros por ano fiscal, de forma a ter acesso aos benefícios fiscais a dedução fiscal será progressiva no montante investido ao longo de 3 anos, isto é: 50% do total no primeiro ano, 25% no segundo e 25% no terceiro ano; 3. Recrutar recursos humanos com qualificações chave ao desenvolvimento do negócio; 4. Estimular a I&D e o teste de novas ideias.	N.º de empresas apoiadas	nd	16	N.º de investidores	nd				Montante Benefícios Fiscais atribuído	Na liquidação do Modelo 3 do IRS 2017, 13 agregados declararam investimentos elegíveis em 9 entidades distintas no montante de 495.748,25€, que se traduziu no BF de 55.139,32 € (destes quais ainda não foi deduzido à coleta o 2.166,99€, a reportar nos anos seguintes)	Na liquidação do Modelo 3 do IRS 2017, 13 agregados declararam investimentos elegíveis em 9 entidades distintas no montante de 495.748,25€, que se traduziu no BF de 55.139,32 € (destes quais ainda não foi deduzido à coleta o 2.166,99€, a reportar nos anos seguintes)	
Desenvolver um programa de compras públicas para a inovação	Inovação da Economia Portuguesa	dos	Promover a inovação das PME, nomeadamente na sua fase nascente, através da definição de critérios de seleção utilizados nas compras públicas, que privilegiam a inovação dos produtos e dos fornecedores.	Promover a inovação das PME, nomeadamente na sua fase nascente, através da definição de critérios de seleção utilizados nas compras públicas, que privilegiam a inovação dos produtos e dos fornecedores.	N.º de entidades apoiadas	25	Reconhecidos 28 Centros de Interface	N.º de pessoas integradas	250							
Programa Interface - Iniciativa de Apoio aos Centros Interface	Inovação da Economia Portuguesa	dos	Apoio aos centros de Interface tecnológico para capacitação e oferta de serviços de inovação e eficiência energética, promovendo o aumento da competitividade pela integração de pessoal qualificado	Capacitar organizações de interface que têm vindo a garantir a aproximação da Ciência e Economia e melhorar os fluxos de conhecimento entre elas com vista a aumentar a competitividade das empresas portuguesas. Esta medida tem três áreas de ação (reforço do financiamento, recursos humanos e desenvolvimento de novas áreas de competência) e contará com financiamento proveniente dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) e de um fundo criado especificamente para Transferência de Tecnologia (FITEC).	N.º de empresas abrangidas	5000	11000	PME com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, I, K, M e Q) com atividades de inovação no total de PME do Inquérito Comunitário à Inovação	62%	(Aguardar-se resultados do último CIS)						
Portugal - Indústria 4.0	Inovação da Economia Portuguesa	dos	Definir políticas de modo, a apoiar as empresas para aproveitarem as oportunidades de negócio no âmbito da Quarta Revolução Industrial, que se caracteriza, fundamentalmente, pela introdução de um conjunto de tecnologias digitais nos processos de produção. Visa criar as bases de uma compreensão uniforme do potencial da Indústria 4.0 a nível nacional. A iniciativa Indústria 4.0 tem como objetivos: (i) analisar as experiências nacionais e internacionais; (ii) identificar os desafios e os fatores críticos de sucesso em Portugal; (iii) proceder a recomendações para a transição da indústria portuguesa para a Quarta Revolução Industrial. Até 2020, está previsto um montante de investimento público de quase dois mil milhões de euros para a transformação digital da economia portuguesa, envolvendo 50 mil empresas. 50 em linhas de financiamento para a Indústria 4.0, serão canalizados 414 milhões de euros de fundos estruturais e 331 milhões de euros para apoiar Projetos Âncora de Inovação.	Nível de cobertura territorial por redes de nova geração (fibra ótica)	100%	99,76%	N.º de freguesias adicionais cobertas por rede móvel 4G	1100								
Reforçar o acesso a redes de banda larga	Inovação da Economia Portuguesa	dos	Garantir níveis elevados de cobertura de redes de fibra ótica e de redes móveis 4G, garantindo que o acesso de todo o território nacional aos mercados digitais	Investir nas redes de Nova Geração (fibra ótica) e nas redes móveis 4G	Nível de cobertura territorial por redes de nova geração (fibra ótica)	100%	99,76%	N.º de freguesias adicionais cobertas por rede móvel 4G	1100							
Programa orientado de atração de projetos-âncora para as atividades de inovação	Inovação da Economia Portuguesa	dos	Apoiar projetos de investimento, orientados à captação de IDE, inovação empresarial e internacionalização	Apoiar projetos de investimento, orientados à captação de IDE, inovação empresarial e internacionalização	N.º de candidaturas contratadas (PT 2020)	4226	4379 (104%)									
Programa Interface - Promoção de clubes de fornecedores (PME) de empresas de maior dimensão	Inovação da Economia Portuguesa	dos	Garantir a capacitação das empresas nacionais que fornecem os investimentos-âncora em Portugal, capacitando-as e qualificando-as para tipos e procura mais exigentes e promovendo a sua competitividade internacional	Capacitação e qualificação das empresas nacionais que fornecem os investimentos-âncora existentes em Portugal	Aumento das compras, por parte de empresas-âncora, a fornecedores nacionais	n.d.	15%-25%	Entidades do sistema científico e tecnológico envolvidas	n.d.	6			Empresas Envolvidas	n.d.	38	
Alargar à base exportadora e suas novas empresas exportadoras e sua capacidade	Inovação da Economia Portuguesa	dos	Capacitação e qualificação das empresas nacionais para competirem internacionalmente	Capacitação e qualificação das empresas nacionais para competirem internacionalmente	Empresas em Ações de Capacitação da ACEP	+150 face a ano anterior	+50 (-7%), mas compensado com taxa média de crescimento do produto disponibilizados pelo canal digital superiores a 300%	Empresas em Programas de Aceleração da ACEP	+25 face a ano anterior	+ 50 startups apoiadas, através do acompanhamento da Associação Startup Portugal.						
Estratégia Turismo 2027 (ET27)	Inovação da Economia Portuguesa	dos	Definição de estratégia médio-longo prazo para o turismo, antecipando o novo Quadro Comunitário de Apoio (2021-2027), Colocar Portugal no centro da sustentabilidade e inovação em turismo. Promover o crescimento sustentável do turismo ao longo de todo o ano e em todo o território. Fomentar a criação de emprego qualificado	ET27 consistência uma visão de longo prazo para a atividade turística em Portugal com objetivos e metas concretas de sustentabilidade económica, social e ambiental, concretizada com ações no curto e médio prazo, assumindo compromissos e estabilidade nas opções e antecipar o novo quadro comunitário de apoio 2021-2027	Criação de um documento Estratégico	1	1									
REVIVE	Inovação da Economia Portuguesa	dos	Recuperação e valorização do património do Estado e a transformação em ativos económicos e turísticos regionais e nacionais	Programa de valorização do património público, através da disponibilização de edifícios em todo o país que se encontram devolutos permitindo que sejam recuperados e neles se desenvolvam projetos turísticos com recurso a investimento privado	Número de concursos de concessão lançados	30	16									
Dinamizar investimento no Turismo	Inovação da Economia Portuguesa	dos	Novas formas de financiamento específicas para o turismo; promoção do investimento e requalificação da oferta turística nacional, em especial nas zonas do interior do país	Criação de mecanismos de financiamento para dinamização do investimento no turismo, com especial foco na sustentabilidade, promovendo alargamento do turismo a todo o ano e a todo o território	Instrumentos de financiamento lançados	5	9									
WiFi nos centros históricos	Inovação da Economia Portuguesa	dos	Dotar os centros históricos com oferta turística de redes wi-fi gratuitas nas principais cidades portuguesas e em zonas de afluência de turistas, por forma a melhorar a experiência de usufruto do património nacional bem como do comércio tradicional dos centros históricos; Contribuir para o desenvolvimento de smart cities e de formas mais sustentáveis de gestão das cidades e dos seus recursos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento económico	Implementação de redes wi-fi gratuitas nos centros históricos das principais cidades portuguesas e em zonas de afluência de turistas, por forma a melhorar a experiência de usufruto do património nacional bem como do comércio tradicional dos centros históricos; Contribuir para o desenvolvimento de smart cities e de formas mais sustentáveis de gestão das cidades e dos seus recursos, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento económico	Centros históricos com wifi gratuito	50	172									
Programa de valorização turística do interior	Inovação da Economia Portuguesa	dos	Valorizar e incrementar a oferta turística no interior, o seu património e recursos endógenos, melhorando a atratividade e a experiência turística nas regiões do interior	Desenvolvimento de projetos e iniciativas que, através de atividades com relevância para o turismo, concorram para o desenvolvimento do interior e para a coesão nacional	Números de projetos identificados e apoiados	60	354									
All for all	Inovação da Economia Portuguesa	dos	Capacitar e promover Portugal como destino para todos. Garantir a adaptação de espaços públicos, recursos patrimoniais e de serviços que assegurem a fruição turística a todas as pessoas, incluindo pessoas com necessidades especiais, temporárias ou permanentes	Promoção de iniciativas que visem a adaptação de espaços, recursos e serviços de interesse turístico a pessoas com necessidades especiais, de modo a garantir um acolhimento inclusivo a todos os turistas, colocando Portugal como exemplo de destino turístico acessível internacional	Adaptação de espaços turísticos ao turismo acessível através da linha de apoio	50	117						Instrumentos de promoção de Portugal como destino para todos	7	9	
Portuguese Trails	Inovação da Economia Portuguesa	dos	Diversificar oferta turística. Posicionar internacionalmente Portugal como destino de cycling e walking, desconcentrar a procura turística ao longo do ano e em todo o território	Promoção internacional de Portugal como destino de natureza, com destaque para o cycling e walking, envolvendo estruturação de produtos, promoção externa e apoio à internacionalização das empresas	Criação de plataforma nacional web portuguese trails.com	1	1	Campanha de promoção Portuguesa Trails	1	1						
Programa de inovação e digitalização da oferta turística	Inovação da Economia Portuguesa	dos	Promover a inovação e a digitalização das empresas de turismo por forma a concorrer no mercado global	Acelerar inovação no turismo	Startups turismo em programas de incubação e aceleração	1	1	Startups turismo em programas de incubação e aceleração	200	600						
Programa de Apoio às Artes	Inovação da Economia Portuguesa	dos	Promover a atividade profissional do terceiro setor de forma alargada, diversificada e sustentável; estimular a inovação enquanto processo criativo e fator de desenvolvimento social e económico; valorizar e dignificar autores e artistas na sua prática profissional e condições de trabalho; garantir o acesso à cultura no território nacional por pessoas de diferentes gerações, proveniências e capacidades; fomentar, através da cultura, uma cidadania participada e responsável; promover práticas em colaboração com outros setores governamentais e projetos de cultura portuguesa no plano internacional.	Revisão do modelo de apoio às artes visando tendo por base uma melhor adaptação à realidade, o atual desenho territorial da oferta, as condições proporcionadas aos agentes nos últimos anos e a compreensão do que constitui hoje o tecido profissional das artes, designado por modelo revisto	N.º de concelhos abrangidos pelo modelo revisto	308	100%	N.º de entidades beneficiárias (espetadores e participantes) no primeiro ano (2018)	4987022	350	316	740	N.º de projetos apoiados no primeiro ano (2018)	1054		

Nome da medida	Pilar do PNR	Principais objetivos e relevância para a(s) REPI(s)	Descrição da medida	1.º Indicador de Execução - Designação	6.1.2. Indicador 1 de Execução - Meta	6.1.3. Indicador 1 de Execução - Resultado acumulado	2.º Indicador de Execução - Designação	6.2.2. Indicador 2 de Execução - Meta	6.2.3. Indicador 2 de Execução - Resultado acumulado	3.º Indicador de execução - Designação	6.3.2. Indicador 3 de Execução - Meta	6.3.3. Indicador 3 de Execução - Resultado acumulado	4.º Indicador de execução - Designação	6.4.2. Indicador 4 de Execução - Meta	6.4.3. Indicador 4 de Execução - Resultado acumulado	
Políticas de ordenamento do território	Valorização território	do NA	Atualizar e implementar as opções estratégicas com relevância para a organização do território nacional	N.º de relatórios produzidos no âmbito da alteração do PNPOT	3	3	N.º de sessões públicas promovidas no âmbito da alteração do PNPOT	25	25							
Organizar o setor de transportes públicos coletivos rodoviários	Valorização território	do	Revisão do modelo de governação do setor de transportes entre administração central e local, incluindo substituição 500 autocarros e embarcações de transporte público mais sustentáveis até 2018	N.º de veículos substituídos	500	69	N.º de veículos Contratualizados	500	633							
Descarbonizar a frota de Veículos Ligeiros de acesso público	Valorização território	do	Aumentar o desempenho ambiental e promover a inovação dos serviços de mobilidade, incluindo a renovação de 1000 veículos ligeiros de acesso público até 2020	N.º de veículos	1000	123										
Expandir o Metro do Porto/Metro de Lisboa	Valorização território	do	Expandir a rede de metro do Porto e de Lisboa (9km até 2020)	N.º km a construir	9	0										
Mobilidade elétrica	Valorização território	do	Incentivar a mobilidade elétrica, incluindo a instalação de 2394 postos de carregamento de veículos elétricos até 2020	N.º de pontos de carregamento a ligar à rede SIBGE	2394	1464	N.º de pontos de carregamento contratualizados	2394	1868							
Mobilidade suave	Valorização território	do	Crear e implementar um plano estratégico para a mobilidade suave, incluindo a disponibilização de 6000 bicicletas em sistemas partilhados até 2020	N.º de bicicletas a disponibilizar em sistemas partilhados	6000	1980	N.º de bicicletas contratualizadas para disponibilizar em sistemas partilhados	6000	5186							
IFRU 2020	Valorização território	do	Reabilitação de edifícios, fomentando a eficiência energética e sísmica (1800 edifícios até 2020)	N.º de Edifícios contratados	1800	83	N.º de edifícios candidatados	1800	286							
Reabilitar para arrendar	Valorização território	do	Reabilitação de edifícios degradados com mais de 30anos, disponibilizando-os em regime de renda condicionada (400 edifícios até 2020)	N.º de Edifícios a contratados	400	18	N.º de edifícios candidatados	400	127							
Instrumentos para áreas urbanas	Valorização território	do	Regeneração de áreas degradadas (2,9 milhões de m2 de espaços públicos; 197 mil m2 de edifícios públicos ou comerciais; 2067 habitações até 2020)	Área de espaços públicos reabilitados (m2)	2292483		Área de edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados (m2)	197075		N.º de habitações reabilitadas	2057					
Fundo Nacional Reabilitação do Edifício	Valorização território	do	Reabilitar edifícios degradados (2702 fogos a reabilitar até 2020)	Número de fogos reabilitados	2702	0	Número de fogos integrados no Fundo	2702	50							
Casa Eficiente	Valorização território	do	Melhorar a eficiência energética de imóveis (10 000 fogos até 2020)	N.º de fogos a melhorar a eficiência energética	10000	n.d.										
Promover a descarbonização - Living Labs	Valorização território	do	Montra de soluções tecnológicas, constituindo casos de estudo de implementação de tecnologia (5 zonas a implementar até 2018)	N.º zonas com soluções tecnológicas implementadas	5	1	N.º zonas com soluções tecnológicas contratualizadas	5	10							
Eficiência Energética na Administração Pública	Valorização território	do	Promover a eficiência energética na Administração Pública	Número de Entidades da Administração Pública Central com Gestores Locais de Energia (GLE) nomeados	1488	300	Lançamento do novo Barómetro ECO.AP	1	1							
Remover amianto nos edifícios onde se prestam serviços públicos	Valorização território	do	Remoção de amianto nos edifícios, instalações e equipamentos onde se prestam serviços públicos, incluindo a intervenção em 3.739 edifícios	N.º de edifícios a intervir	3739	462										
IF Direito	Valorização território	do	Proporcionar a pessoas que residam em condições indignas ou desprovidas da habitação em que habitam, o acesso a uma habitação adequada e condigna (6166 fogos até 2020)	Nova oferta de habitação de interesse social financiada (nº fogos contratados)	6166	64	N.º de fogos protocolados	6166	161							
Porta de Entrada	Valorização território	do	Proporcionar, de forma célere, eficaz e integrada, alojamento urgente e soluções habitacionais a pessoas desprovidas da habitação em que residam, disonente de causa imprevisível e/ou insalvável pelos próprios, nomeadamente desastres naturais (inundações, sísmos, incêndios) e fenómenos de migrações coletivas													
Programa de Valorização do Interior (PVI) (ex Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT))	Valorização território	do	O PNCT foi aprovado com o objetivo de promover medidas de desenvolvimento dos territórios do interior, numa abordagem interministerial (que resulta da articulação da ação de vários ministérios e em particular dos seus serviços descentralizados) e em articulação com os parceiros da concertação social e com os agentes presentes no território, nomeadamente as autarquias locais, as comunidades intermunicipais, as instituições do ensino superior, as associações empresariais, as empresas e as associações de desenvolvimento local. O PNCT encontra-se estruturado em torno de cinco objetivos e eixos: Um território Interior (i) - Coeso; (ii) - Competitivo; (iii) - Sustentável; (iv) - Conectado; (v) - Colaborativo. Cada eixo desenvolve-se através de um conjunto de medidas. Em maio de junho de 2018 foi feito um balanço global da execução do PNCT com as várias áreas da governação. Considerando que o PNCT se apresentava como um programa dinâmico e em contínua monitorização e relançamento, que se devia ajustar e responder aos novos desafios e realidades socioeconómicas, distintos do contexto em que o mesmo foi elaborado, e de modo a tomar em consideração contributos da sociedade civil entrancando feedbacks, nomeadamente do Movimento pelo Interior, foram aprovados pelo Governos reajustamentos, reorganização e recalendarização das medidas em curso e das medidas por iniciar, e 65 medidas adicionais a integrar o programa, que passou a designar-se por Programa de Valorização do Interior (PVI), formuladas tendo em vista a intensificação de três grandes opções estratégicas para o desenvolvimento do interior:1) A importância da atração de investimento que crie emprego e que permita fixar populações;2) A importância da valorização do capital natural e da manutenção da paisagem;3) A necessidade de promover a equidade no acesso aos serviços públicos pela população dos territórios de baixa densidade.No total passa a integrar 225 medidas.	N.º/% de medidas executadas/em vigor PVI/Total/229 medidas	157 medidas / 68%	N.º/% de medidas executadas/em vigor PNCI/164 medidas	136 medidas / 82%	N.º/% de medidas executadas/em vigor PVI/Novas/65 medidas	21 medidas/29%							
Programa de Captação de Investimento para o Interior (PC2i)	Valorização território	do	O PC2i visa agregar no tempo e no espaço, um conjunto de apoios e incentivos dirigidos para os territórios do interior, atenuando o dispêndio que muitas vezes se verifica e os timings nem sempre ajustados às prioridades e oportunidades dos negócios, oferecendo aos investidores uma carteira de vantagens ao investir no interior. Assim, com vista a tornar o interior um território mais amigável do investimento, ajustando e aprofundando os apoios, tendo em conta as especificidades e necessidades destes territórios, o PC2i operacionaliza-se em duas vertentes: (i) Campanha de captação de investimento privado, com um conjunto de ações internas e externas de divulgação e promoção dirigidas a determinados regimes e a setores, a implementar por uma comissão de captação de investimento para o interior; (ii) Reconhecimento e acompanhamento de Projetos de Investimento para o Interior, os quais, entre outras condições, deverão representar um investimento global igual ou superior a 10 milhões de euros e a criação de um número de postos de trabalho igual ou superior 25. Uma vez reconhecidos como PC2i os projetos passam a beneficiar de um conjunto de incentivos e apoios, designadamente um sistema de acompanhamento de projetos e tramitação mais célere e eficaz dos respetivos procedimentos administrativos.	Projetos Apoiados (nº)			Empresas que se fixaram no interior (nº)			Volume de Investimento (€)			Postos de trabalho criados (n.º)			
Programa de Revitalização do Pinhal Interior (PRPI)	Valorização território	do	Estabelecer uma intervenção integrada que promova o desenvolvimento sustentável do território, constituindo-se como uma visão de futuro para o território, com a identificação das prioridades e linhas de atuação e definição das principais linhas de intervenção estratégica para o desenvolvimento, competitividade, coesão e sustentabilidade da região do Pinhal Interior.	O PRPI constitui um instrumento de orientação para a administração central e local para a região do Pinhal Interior, no horizonte temporal de 2022, assumindo uma visão clara para o território, indo ao encontro das aspirações dos seus habitantes: Pinhal Interior, uma região resiliente, empreendedora e que constrói um futuro mais coeso e sustentável. A visão é suportada pelas seguintes prioridades: (i) Promover o ordenamento sustentável do espaço ruralístico; (ii) Reforçar a segurança das populações e a proteção dos espaços florestais, através da implementação de estratégias de redução de riscos coletivos; (iii) Desenvolver uma estratégia de desenvolvimento económico e social das regiões afetadas. Os objetivos entroncam em 3 eixos de intervenção: Eixo I – Espaço rústico ordenado, resiliente e sustentável; Eixo II – Prevenção estrutural dos incêndios rurais e Eixo III – Território atrativo, competitivo e inovador. O PRPI desenvolve-se de forma integrada um conjunto de medidas e ações, de forte caráter experimental e piloto, capitalizando as complementaridades e sinergias destes territórios e envolvendo os agentes presentes no território, em particular as autarquias locais associadas nas comunidades intermunicipais, as instituições de ensino superior, as associações empresariais, as empresas, as associações de desenvolvimento local e as pessoas. Concretiza-se em 55 medidas.	N.º/% de medidas em vigor	22 medidas/40%	N.º/% de medidas em curso	23 medidas/42%								
Reforçar a segurança das populações	Valorização território	do	Promover uma maior eficácia na prevenção e na resposta a situações de emergência	Crear sistemas que capacitam a comunicação com populações, ao nível da prevenção o aviso de risco	N.º de Canais de comunicação com as populações	5	5 (Campanha de sensibilização; aviso por sms; envio informação sobre o risco aos oficiais de segurança locais (fóruns seguros); aviso através dos órgãos de comunicação social; informação preventiva através da APP NMA Mobile)	2835	2835	N.º de folhetos e cartazes distribuídos	1009000	1009000				
Reforçar a Rede SIRESP	Valorização território	do	Assegurar uma maior eficácia nas comunicações da rede SIRESP	Reforçar a resiliência e resposta a catástrofe da Rede SIRESP	N.º de Estações Base com redundância da rede de transmissão	451	N.º de geradores móveis em prontidão	18	18	N.º de Estações Móveis em prontidão, geridas pela ANPC	6	6				
Reforçar meios e infraestruturas de Proteção Civil	Valorização território	do	Conferir maior capacidade de resposta operacional	Reforçar os meios operacionais e modernizar infraestruturas do sistema de Proteção Civil	N.º de Equipamentos de Proteção Individual	1750	N.º de viaturas	75	184	N.º de infraestruturas de âmbito regional a modernizar	3	3				
Dinamizar o setor extrativo	Valorização território	do	Diminuir dependência externa e conferir maior sustentabilidade à economia nacional.	Ampliar a capacidade extractiva em minas como a de Neves Corvo e abertura de novas minas.	N.º de novos Licenciamentos Mineiros: contratos de prospeção e pesquisa assinados	nd	N.º de novos Licenciamentos Mineiros: contratos de concessão assinados	nd	6							
Sistema de informação cadastral simplificada	Valorização território	do	Promover uma adequada gestão e um melhor controlo, planeamento e apoio à decisão sobre a ocupação e uso do território, através da agregação da informação registal, matricial e georreferenciada relacionada com os prédios.	Levantamento e comunicação de informação cadastral simplificada, por parte de proprietários, autarquias locais e outras entidades públicas com competência de natureza territorial, com vista a permitir definir, junto das entidades públicas, a localização geográfica dos prédios rústicos e mistos.	Área de terreno, em hectares, com representação gráfica georreferenciada nos 10 municípios incluídos no Piloto B&D	14500	120277									
Apoiar os custos de arborização. Compensação pela perda de rendimento agrícola pela criação e manutenção de florestação	Valorização território	do	Promover a florestação de terras agrícolas e não agrícolas, melhorando os ecossistemas através da constituição de zonas arborizadas com espécies bem adaptadas às condições locais que contribuem para o aumento da capacidade de sequestro de carbono e para proteção dos recursos naturais (solo, da água, do ar e da biodiversidade)	Área a apoiar (ha)	16745	3862										
Apoiar os custos de implantação e manutenção de sistemas agroflorestais	Valorização território	do	Promover a criação de sistemas agroflorestais, nomeadamente mortados, sistemas que combinam a silvicultura com práticas de agricultura sustentável e desflorestação.	Área a apoiar	2372	1961										
Apoiar a prevenção dos danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos	Valorização território	do	Intervenção ao nível das explorações florestais e agroflorestais – prevenção e defesa da floresta contra agentes bióticos e abióticos, incluindo sinalização de infraestruturas; II Intervenção com escala territorial relevante – Prevenção contra agentes bióticos e instalação de mosaicos de parcelas de gestão de combustível, incluindo sinalização de infraestruturas.	Área a apoiar (ha)	230000	141708										
Apoiar a reparação dos danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos	Valorização território	do	Intervenção ao nível das explorações florestais e agroflorestais – restabelecimento de povoamentos florestais afetados por agentes bióticos e abióticos; intervenção com escala territorial relevante – Ações de estabilização de emergência pós incêndio, catástrofes naturais, ou acontecimentos catastróficos, visando a minimização de risco de erosão, em áreas identificadas pelas entidades competentes	Área a apoiar (ha)	95000	86122										
Apoiar investimentos no aumento da resiliência e do valor ambiental dos ecossistemas florestais	Valorização território	do	Intervenção ao nível das explorações florestais e agroflorestais – adaptação às alterações climáticas e mitigação dos seus efeitos, promoção dos serviços de ecossistema (ar, água, solo e biodiversidade) e melhoria da provisão de bens públicos pelas florestas; intervenção com escala territorial relevante - Reabilitação de povoamentos identificados pela entidade competente como estando em más condições vegetativas potenciando riscos ambientais graves, designadamente, manchas de povoamentos florestais resultantes de regeneração natural após incêndio com densidades excessivas, povoamentos de querucas, ou outras espécies, em processo de declínio e povoamentos instalados em condições ecológicamente desajustadas.	Área a apoiar (ha)	71544	44964										
Melhoria do valor económico das florestas	Valorização território	do	Promoção de ações que visem aumentar o valor económico e a competitividade dos produtos florestais lenhosos e não lenhosos, apoiando sistemas que assegurem a harmonização da produção com a manutenção da biodiversidade e salvaguarda de valores ambientais, tendo em conta os princípios da gestão florestal sustentável. Incluem-se nesta ação incentivos à produção de plantas desde que destinados às necessidades da própria exploração florestal. O apoio à recuperação de povoamentos em manifesta subprodução, através da sua substituição por plantas melhor adaptadas às condições locais. Através da utilização de novas tecnologias que assegurem o sucesso da arborização, ou ainda através da realocação geográfica do povoamento em condições adequadas, apoiando-se o arranque de espécies implantadas em locais desadequados.	Área a apoiar (ha)	120000	30969										
Apoiar os investimentos em tecnologias florestais e na transformação, mobilização e comercialização de produtos florestais	Valorização território	do	A medida visa apoiar investimentos que permitam o aumento do valor dos produtos florestais, através de: criação e modernização das empresas florestais; adaptação às exigências ambientais, de segurança e prevenção de riscos, participação dos produtores florestais, novos produtos, processos e tecnologias e processos de certificação, integração no mercado, numa gestão eficiente dos recursos, no uso de energias renováveis, desde que pelo menos 70% produção de energia seja para consumo próprio. Os investimentos a apoiar serão: equipamento e tecnologias de colheita, mobilização, concentração, triagem e comercialização e primeira transformação de produtos florestais como sejam madeira, resina, gomas e respetivas operações complementares. As operações de exploração florestal até à transformação industrial incluem o abate, descama, descasca, torragem, recheira, carga e descarga, medição e pesagem, transporte.	Montante do apoio (euros)	Despesa realizada											
Crear o Banco de Terras e o Fundo de Mobilização de Terras	Valorização território	do	É criado um Banco de Terras, onde será incorporado todo o património rústico do Estado e o património rústico sem dono conhecido, que vier a ser identificado. Todas as propriedades que forem incorporadas sem dono conhecido não poderão ser cedidas ou transacionadas durante um período de 15 anos. O Fundo destina-se à aquisição de novo património, que será integrado, por sua vez, no Banco de Terras e disponibilizado para venda ou arrendamento a agricultores, preferencialmente jovens, e a outras entidades, designadamente EGF quando se tratar de património com vocação florestal.	nd	nd											
Crear o Regime de Incentivos Fiscais (Atividade Florestal)	Valorização território	do	É aprovado um regime de incentivos e benefícios fiscais, aplicável às EGF e respetivos sócios, através da redução das taxas sobre os lucros provenientes da atividade florestal e de um conjunto de benefícios fiscais em sede de IRC, IRS, IMT, imposto de Selo e Mais-Valias, além de contemplar uma redução de 75% do valor dos emolumentos para atos de registo de propriedades rústicas destinadas à exploração florestal.	nd	nd											
Crear Entidades de Gestão Florestal	Valorização território	do	É criado um regime de entidades exclusivamente vocacionadas para o setor florestal, que deverão integrar uma área mínima de 100 hectares, da qual pelo menos 50% deverá ser constituída por propriedades com área inferior a 5 hectares. Estas entidades beneficiarão de acesso preferencial a propriedades integradas no Banco de Terras e terão igualmente acesso a regime específico de benefícios fiscais.	nd	nd											
Desenvolver a atividade agrícola através de infraestruturas de regadio mais eficiente	Valorização território	do	Construção e requalificação da rede de regadio em Portugal, promovendo a competitividade e sustentabilidade da agricultura e a preservação dos territórios e respetivas populações.	Áreas cobertas por infraestruturas de regadio construídas ou melhoradas (ha)	95000	0										
Valorizar o potencial económico do interior	Valorização território	do	Um sistema de incentivos à atividade empresarial nos territórios de baixa densidade (SIZE)	Doação disponibilizada em concurso	320000	196873	Candidaturas submetidas		11535							
Janela Única Logística (JUL)	Valorização território	do	Aumentar a eficiência das cadeias logísticas e as economias de escala entre os portos e os clientes finais- Simplificar e desmaterializar os procedimentos nos transportes- Ajudar a maximizar a utilização das infraestruturas nacionais para o transporte de mercadorias- Potenciar a intermodalidade e a utilização de transportes mais amigos do ambiente	N.º de Portos com a JUL implementada	5	nd	N.º de Terminais Ferroviários no hinterland integrados	8	nd	% dos contentores despachados na JUL	98%	nd				
Estratégia de Aumento da Competitividade Portuguesa – Horizonte 2020 (anterior Plano Portugal 2020)	Valorização território	do	Modernização dos portos nacionais e melhoria das acessibilidades marítimas contribuindo para a competitividade económica de Portugal nas seguintes dimensões, na próxima década: avanço das exportações, aumento da atividade industrial e tecnológica nos portos, criação de emprego qualificado	Criação de empregos	12000	nd	Total de investimento a realizar (nota: 83% privado)	2.500 ME	nd	Crescimento da carga total	+88%	nd	Crescimento da carga contentorizada	+200%		
Promover o transporte marítimo e o apoio ao desenvolvimento da marinha mercante nacional	Valorização território	do	Melhoria das condições para o desenvolvimento da marinha mercante, gerando maior competitividade da economia e novos empregos	Medida SIMPLEX-Melhorar o contexto de mercado para o desenvolvimento do negócio da marinha mercante- Criação do Tonnage Tax- alteração do regime fiscal aplicável ao registo de navios- Simplificar e melhorar os serviços públicos marítimos- Aumentar o registo de navios- Valorizar os recursos humanos e o conhecimento marítimo	Aumento do registo de navios com pavilhão nacional	Crescimento anual de 20%	Aumento das contribuições para a segurança social	Crescimento anual de 30%								
Estratégia Industrial para as Energias Oceânicas	Valorização território	do	Contribuição para o reforço da segurança energética, diminuição da dependência energética, contribuição para a descarbonização da economia, criando novas indústrias competitivas e novos empregos através do aumento das exportações de tecnologia de energia renovável oceânicas	Propor políticas públicas que reabilitem o investimento efetuado e a realizar na investigação/Desenvolvimento (I&D) e inovação nas energias renováveis oceânicas (energia eólica offshore e ondas), tendo em conta a formulação de um modelo de financiamento sustentável e a modernização competitiva do sector. Fomento da atividade industrial e do desenvolvimento da inovação tecnológica na rede portuária e de estaleiros nacionais, revitalizando a construção naval com a criação de um cluster exportador das energias renováveis oceânicas.	Criação de novo VAB	280ME	Criação de novos empregos	1500		Atração de investimento	254ME		Melhoria na balança comercial	119ME		
Observatório do Atlântico (anterior Centro de Excelência do Atlântico)	Valorização território	do	Criação um centro internacional para o conhecimento e exploração sustentável dos recursos oceânicos, que incentive a cooperação na I&D entre universidades e o sector empresarial	Unidades de conhecimento transferidas para a sociedade (até 2021)	5	nd	Nº projetos I&D (até 2021)	10	nd	Nº de parcerias internacionais (até 2021)	30	nd				

Nome da Medida	Pilar do PNR	Principais objetivos e relevância para a(s) REP(s)	Descrição da medida	1.º Indicador de Execução - Designação	6.1.2. Indicador 1 de Execução - Meta	6.1.3. Indicador 1 de Execução - Resultado acumulado	2.º Indicador de Execução - Designação	6.2.2. Indicador 2 de Execução - Meta	6.2.3 - Indicador 2 de Execução - Resultado acumulado	3.º Indicador de execução - Designação	6.3.2. Indicador 3 de Execução - Meta	6.3.3. Indicador 3 de Execução - Resultado acumulado	4.º Indicador de execução - Designação	6.4.2. Indicador 4 de Execução - Meta	6.4.3. Indicador 4 de Execução - Resultado acumulado
Combater o crime económico, designadamente a corrupção	Modernização Estado	do	Redução do tempo das investigações; Aumento da capacidade de reprimir o crime; Aumento da confiança dos cidadãos e agentes económicos na justiça penal e no Estado	Operacionalização da Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica (UN3T), da Polícia Judiciária (PJ) que inclui um setor de Investigação de fraudes relativas a meios de pagamento e sistema bancário (fishing, burlas informáticas; segurança das transações comerciais); Robustecimento da cooperação policial internacional da PJ; Dinamização do Gabinete de Recuperação de Ativos (GRA) e do Gabinete de Administração de Bens (GAB - Alinhamento das estratégias da PJ, Inspeção Geral dos Serviços da Justiça (IGSJ) e Comissão de Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça (CAAJ) na deteção e repressão dos ilícitos na área da contratação pública, ações executivas e insolvências e corrupção.	Variação percentual da receita do GAB, resultante da atividade ilícita	30%			3661%						
Reforçar a resposta dos meios de resolução alternativa de litígios	Modernização Estado	do	Aumentar o número de processos resolvidos nos meios de resolução alternativa de litígios.	Reforçar e capacidade dos meios de Resolução Alternativa de Litígios (RAL) de modo a garantir a obtenção de uma decisão em tempo útil.	Movimento de processos findos nos centros de arbitragem	10%			32%						
Descongestionar os tribunais	Modernização Estado	do	Reforçar a tutela jurisdicional efetiva através da(s) Diminuição do tempo de duração dos processos judiciais; Simplificação do acesso do cidadão à justiça; Aumento da eficiência dos procedimentos; Monitorização da atividade processual desenvolvida pelos tribunais; Diversificação de soluções, designadamente tecnológicas.	Reforço da capacidade de gestão das comarcas; Reajustamento do mapa judiciário reforçando a especialização e a proximidade.	Diminuição do "Disposition time" (DT) (Indicador que mede, em dias, o tempo que seria necessário para concluir todos os processos que estão pendentes no final de um determinado período, tendo por base o ritmo do trabalho realizado nesse mesmo intervalo)	-90			-152						
Aumentar a transparência das parcerias público-privadas, através do reporte de informação regular sobre PPP locais e regionais	Modernização Estado	do	Promover o acompanhamento mais próximo das PPP locais e regionais	Garantir, através da legislação em matéria de execução orçamental, a obrigatoriedade e frequência do reporte de informação sobre PPP locais e regionais, aumentando o escrutínio destas operações	N.º de Reportes pelos municípios de PPP locais	4			3	Elaboração de relatório anual no Portal Autárquico	4				
Promover o incremento da transparência e concorrência nos mercados públicos	Modernização Estado	do	Implementar instrumentos legais e administrativos que mitiguem ou eliminem práticas abusivas e que distorcem a concorrência nos mercados públicos.	Transpar a diretiva referente aos mercados públicos, através da adaptação do Código dos Contratos Públicos.	NA										
Reforçar o papel dos Municípios e das Freguesias	Modernização Estado	do	Assegurar que as autarquias locais são a estrutura fundamental de gestão de serviços públicos de proximidade, numa lógica de descentralização e subsidiariedade.	Preparação de um novo quadro de competências das autarquias locais e demais entidades da administração local, no contexto de um novo modelo territorial, com diferenciação das competências das freguesias em função da sua natureza.	Identificação das áreas a descentralizar	36			Executado	Elaboração da iniciativa legislativa quadro e do correspondente enquadramento financeiro	Aprovação em CM				
Democratizar as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)	Modernização Estado	do	Definição de um novo modelo territorial, assente em 5 regimes de planeamento e de desenvolvimento territorial (correspondentes às áreas de intervenção das CCDR), a par do aumento da legitimidade democrática das CCDR.	Promoção da legitimidade democrática da CCDR, a par da reorganização dos serviços descentrados e alargamento da rede de serviços de proximidade.	Eleições para os órgãos executivos das CCDR										
Reforçar a cooperação intermunicipal por parte das Comunidades Intermunicipais (CIM) e da legitimidade democrática e competências das Áreas Metropolitanas (AM)	Modernização Estado	do	Promoção da cooperação intermunicipal através das CIM e transformação das atuais AM, reforçando a sua legitimidade democrática, com órgãos diretamente eleitos.	Aprofundamento da cooperação entre municípios pela potenciação das CIM, e promoção do novo modelo de governação resultante da democratização das CCDR e da criação de autarquias metropolitanas	Revisão das atribuições, órgãos e modelos de governação e de prestação de contas das CIM					Avaliação do processo de reforço de cooperação das CIM e da transformação das AM					
Transferir infraestruturas para o poder local	Modernização Estado	do	Aumentar a eficiência da gestão as infraestruturas portuárias	Transferência para os municípios da jurisdição e gestão das infraestruturas portuárias náutica de recreio, portos de pesca e estruturas secundárias de pesca.	Nº de infraestruturas transferidas	0			Lei de autorização legislativa apresentada na AR 3 contratos de gestão assinados (Odivos, Lagos e Póvoa do Varzim)	Nº PME abrangidas	8150				
Digitalizar e disponibilizar conteúdos audiovisuais (RTP)	Modernização Estado	do	Assegurar o acesso à generalidade da população dos arquivos da RTP de forma universal e gratuita.	Digitalizar e disponibilizar online o arquivo da RTP, que representa o maior acervo audiovisual do país.	Nº de conteúdos disponibilizados	25000			42000	Número de visualizações		8800000			1600000
Capitalizar - Instrumentos financeiros	Capitalização empresas	de	Apoiar de forma intensiva a capitalização de empresas.	Financiamento de instrumentos de capitalização e de dívida de empresas em fase de criação, crescimento, inovação e internacionalização.	Nº de empresas abrangidas	15.000			27.815	Montante de financiamento à economia (ME)	2.000	2.507			300.000
Fundo Capitalizar - Reestruturação e crescimento	Capitalização empresas	de	Incentivar a reestruturação empresarial	Financiamento de instrumentos de capitalização de empresas em processos de reestruturação	Nº Empresas abrangidas	1100			100	Montante de "new money" injetado na economia (ME)	100				336.145